

COMBEA (BIÊNIO 2024-2026)

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL DE SÃO CAETANO DO SUL

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 02/04/2026

Ao segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas e quarenta e dois minutos, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal de São Caetano do Sul – COMBEA, com a presença dos conselheiros Daniel Chang Christmann, Fábio Bertola Agostini, Fernanda Bragone, Jane Aparecida Hernandes, Luciana Lopes Giannocoro, Márcia Aparecida Amoruso Hildebrand, Roberto Brito Coelho, e representando a Sede dos Conselhos, a Sra. Thai Spinello.

Aberta a reunião, foram iniciados os informes gerais, com destaque para o registro de homenagem recebida por Luciana Lopes Giannocoro, integrante atuante na causa animal, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no município. Na oportunidade, também foi ressaltada a atuação de apoiadores da sociedade civil na resolução do caso envolvendo os cães pertencentes à Sra. Rosimeire, falecida, tendo sido reconhecida a relevante intermediação realizada para viabilizar o acolhimento dos animais.

Diante disso, foi sugerido e acolhido o encaminhamento para elaboração de ofícios, em nome do COMBEA, com manifestação de congratulação e agradecimento: um em razão da homenagem recebida por Luciana Lopes Giannocoro e outro em agradecimento à intermediação do vereador, Sr. Cesar Oliva, realizada junto à entidade de proteção animal que acolheu os cães mencionados.

Na sequência, foram retomadas discussões anteriores acerca da situação dos gatos existentes em área vinculada à General Motors com relato de que ainda não houve avanço concreto no agendamento de reunião entre representantes do Conselho e os responsáveis pelo local. Os conselheiros debateram a necessidade de manutenção do diálogo institucional,

bem como a possibilidade de novos ofícios, lembrando as tentativas já realizadas e solicitando definição sobre as providências a serem adotadas. Também foi pontuado que, caso persistam suspeitas de medidas inadequadas ou incompatíveis com o bem-estar animal, poderão ser buscados outros canais institucionais competentes.

Em seguida, debateu-se proposta de ação educativa em parceria com a rede escolar, voltada à conscientização sobre proteção animal e à arrecadação de insumos, especialmente ração e tampinhas plásticas. Foram discutidas possibilidades de desenvolvimento do projeto em formato de gincana escolar, com participação das unidades de ensino, premiações simbólicas e mobilização da comunidade escolar, observadas as cautelas necessárias para que eventual arrecadação seja dirigida às famílias e à comunidade, e não diretamente aos alunos. Também foi destacada a necessidade de definição de logística para armazenamento das tampinhas arrecadadas, considerando o grande volume necessário para viabilizar retirada por empresas recicladoras.

Ainda sobre o tema, foi ressaltado que o banco de ração se encontra em baixa, sendo importante fortalecer ações educativas e de arrecadação, inclusive com a participação de escolas públicas e particulares, bem como em articulação com outros setores da administração municipal.

Na ordem dos debates, ganhou especial relevância a preocupação com episódios recentes de abandono de cães em espaços pet do município. Foi relatado que, na semana da reunião, houve ao menos três situações dessa natureza, o que evidenciaria fragilidade na fiscalização desses espaços e risco de agravamento de conflitos entre animais e frequentadores. Os conselheiros discutiram a necessidade de medidas preventivas e educativas, incluindo melhor orientação aos usuários dos espaços pet, instalação de placas informativas e fortalecimento da fiscalização.

Nesse contexto, foi proposta a expedição de ofícios à administração municipal, especialmente aos setores responsáveis pela comunicação institucional e pelo sistema Smart Sanca, para:

I - verificar a possibilidade de ampliação do monitoramento por câmeras nos espaços pet e áreas próximas;

II - estudar o uso de recursos tecnológicos para identificação de práticas de abandono;
e

III - promover campanha de conscientização à população, por meio de vídeos e materiais informativos, sobre abandono de animais, guarda responsável e formas de acionar os órgãos competentes em caso de irregularidades.

Também foi discutida a limitação estrutural do serviço público para recolhimento de animais abandonados, com observações acerca da lotação dos espaços existentes, impossibilidade de recolhimento indiscriminado e necessidade de superação da cultura social de responsabilizar automaticamente o poder público por toda situação de abandono. Os presentes ressaltaram que o acolhimento institucional de animais possui limites físicos e operacionais, devendo a política pública priorizar fluxos responsáveis, prevenção e conscientização da população.

Na continuidade, foram tratados temas relacionados ao canil municipal, incluindo a informação de futura reforma do espaço. Considerando a necessidade de obras, foi mencionado que será indispensável planejamento prévio para remanejamento temporário dos animais atualmente acolhidos, sobretudo diante da dificuldade de convivência entre determinados cães, alguns dos quais necessitam de manejo individualizado. Também foram debatidos os desafios para adoção de cães adultos e de médio ou grande porte, bem como casos específicos de gatos com dificuldades de convivência com outros animais.

Foi ainda relatado caso envolvendo ninhada de gatos encontrada em telhado residencial, com esclarecimentos sobre o acompanhamento da situação, a importância de

preservação do vínculo com a mãe, a necessidade de posterior captura e castração da gata adulta para evitar recorrência de ninhadas, e as cautelas sanitárias relacionadas ao acolhimento dos filhotes.

Durante a reunião, também foram compartilhadas reflexões sobre o volume crescente de demandas recebidas na sede dos conselhos e nos serviços municipais, abrangendo situações que muitas vezes extrapolam as atribuições específicas da política de proteção animal. Os participantes apontaram a necessidade de melhor orientação da população quanto às competências dos órgãos públicos e fluxos adequados de atendimento.

Em outro ponto da pauta, foi abordado episódio envolvendo ave de rapina em imóvel religioso, ocasião em que se esclareceu que nem toda demanda envolvendo fauna silvestre se enquadra nas atribuições do Centro de Controle de Zoonoses, tendo sido ressaltada a importância de orientar corretamente a população sobre as competências institucionais e sobre as limitações técnicas existentes em ocorrências dessa natureza.

A reunião também retomou debate anterior sobre o atendimento de denúncias de maus-tratos a animais, especialmente aquelas recebidas em finais de semana, períodos noturnos e feriados. Foi informado que está em elaboração proposta de protocolo para qualificar o fluxo de atendimento dessas ocorrências, a ser inicialmente apresentada à gestão competente e, posteriormente, ao Conselho para análise e sugestões. Nesse contexto, surgiu a discussão sobre a pertinência de se estudar a criação de uma espécie de patrulha animal ou, ao menos, a capacitação de parte da corporação da Guarda Civil Municipal para atendimento inicial de ocorrências envolvendo suspeita de maus-tratos, com posterior encaminhamento aos serviços técnicos competentes.

Os conselheiros também destacaram a importância de dar visibilidade e força institucional ao COMBEA, inclusive mediante articulação com outros conselhos municipais e desenvolvimento de ações intersetoriais. Foi sugerida, por exemplo, a realização de atividades de educação ambiental e bem-estar animal em eventos voltados a crianças e adolescentes,

inclusive com possibilidade de parcerias com outros conselhos e estudo sobre fontes de financiamento para ações e projetos.

Ao final, foram tratadas questões organizacionais internas do Conselho, incluindo a possibilidade de alteração do horário das reuniões ordinárias, a ser submetida à consulta dos membros por meio de enquete no grupo de comunicação do colegiado. Também foi mencionada a necessidade de revisão do calendário das reuniões e de futura pauta específica para análise da participação dos membros, especialmente nos casos de ausências reiteradas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Daniel Chang Christmann, Primeiro Secretário, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Fábio Bertola Agostini

Vice-presidente do Conselho Municipal de Bem-Estar Animal

Daniel Chang Christmann

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de Bem-Estar Animal